

## **5**

### **Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa, conforme destacado anteriormente, foi verificar o desenvolvimento de competências dos alunos das escolas técnicas estaduais de forma a atender as demandas do mercado de trabalho, por meio da implementação da matriz por competências, de acordo as diretrizes divulgadas pelo Ministério da Educação, da perspectiva dos agentes formadores (ETEs) e dos agentes empregadores (mercado de trabalho).

Outras questões secundárias estavam relacionadas às expectativas das escolas técnicas estaduais e de seus funcionários no processo de implementação da matriz curricular por competências, bem como a relação dessas com o mercado empregador.

Dessa forma, este capítulo está organizado em duas seções, a primeira apresenta as conclusões deste estudo e a segunda apresenta propostas para estudos posteriores.

A partir do que foi exposto foi possível identificar os fatores que facilitam e os que dificultam o desenvolvimento de competências dos alunos pelas escolas de ensino técnico estadual. Com isso, esta pesquisa pretende contribuir para preencher uma lacuna no que se refere ao atendimento das demandas do mercado de trabalho pelas escolas técnicas estaduais.

#### **5.1.**

#### **Conclusões**

É possível afirmar que a pesquisa cumpriu seu objetivo, na medida em que as análises das entrevistas revelaram os fatores facilitadores, bem como as dificuldades que as escolas de ensino técnico estadual precisam transpor a fim de que se obtenha sucesso no desenvolvimento de competências dos alunos para se tornarem técnicos que atendam às exigências do mercado empregador.

No que se refere à contribuição deste trabalho do ponto de vista acadêmico, essa está relacionada à compreensão da relevância de alguns aspectos no processo de desenvolvimento de competências pelas ETEs, conforme será visto a seguir.

Primeiramente, a partir da análise das entrevistas, verificou-se que a relação do mercado empregador com as ETEs e, conseqüentemente com a FAETEC ocorre, inicialmente, por meio do oferecimento de estágio, exigidos na matriz curricular, integrando o processo de formação do aluno como técnico. Portanto, a certificação dos alunos nas empresas por meio do estágio é essencial para o recebimento do diploma pelos alunos e respectiva empregabilidade. Entretanto, a pesquisa de campo revelou que existem algumas dificuldades para a obtenção de vagas de estágios para os alunos, traduzidas na centralização do cadastro das empresas na FAETEC, antes realizados pelas próprias escolas, reduzindo consideravelmente o número de empresas cadastradas e resultando em um afastamento da relação das escolas com as empresas causando um atraso na obtenção do diploma e conseqüentemente da titulação do aluno como técnico. Outro aspecto surgido como dificultador ao processo de inserção dos alunos nos estágios é a legislação que exige inúmeros documentos das empresas para a formação de convênios com a FAETEC, além da curta duração dos convênios imposta pela FAETEC às empresas prejudicando, conseqüentemente a capacitação dos alunos.

Assim, tais barreiras devem ser transpostas cabendo à FAETEC, no âmbito da sua gestão, reduzir a burocracia interna para o cadastramento das empresas ou mesmo flexibilizá-las delegando para as ETEs o cadastro das empresas para efeitos de convênio, como fora antigamente, para que o objetivo de inserção dos alunos nos estágios seja cumprido, para o desenvolvimento de aptidões para atuação desses no mercado de trabalho.

Um complemento a ser feito sobre a formação prática dos alunos nos estágios é a atuação desses nos laboratórios das ETEs. No entanto, outra dificuldade apontada é a estrutura dos laboratórios que em sua maioria está defasada no que se refere às ferramentas necessárias para um aprendizado prático mais completo, devido à carência de verbas oriundas da FAETEC para a conservação e modernização das instalações escolares, a qual deve ser revista para atender a formação prática dos alunos.

Algumas formas de melhoria da relação das ETEs com o mercado foram identificadas nos depoimentos dos entrevistados, tais como o incremento de parcerias entre ambos, seja por meio de promoção de feiras, eventos, palestras, visitas às empresas, entre outras ações que podem partir da FAETEC, ou mesmo das ETEs. Com relação à concepção de competências dos técnicos, verificou-se que os entrevistados associam o conceito ao “saber fazer”, a atuação prática, alinhados com o conceito destacado pelo MEC que concebe

que a competência não se limita ao conhecer, mas vai além porque envolve o agir numa situação determinada, não sendo apenas saber, mas saber fazer.

Zarifian (1999) ressalta tal conceito de competência diferenciando as competências sobre processos que são voltados para o processo de trabalho, as competências técnicas voltadas para os conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado, dentre outros.

Assim, verificou-se que os entrevistados têm em mente um conceito de competência alinhado com a prática, no entanto falta um entendimento a respeito de como tal operacionalização deve ocorrer. Conforme registrou Araújo (2002), “coloca-se sob a responsabilidade das instituições de ensino a difícil identificação das demandas da sociedade, do mercado de trabalho e dos indivíduos, mas não é feita nenhuma sugestão de instrumentos ou de metodologias para tal, desconsiderando a falta de experiência e conhecimentos institucionais para isso, e nem se fazem indicações quanto ao necessário aporte de recursos e equipamentos que pudessem permitir às escolas assegurar “uma formação que respondesse a essas demandas”.

A efetiva operacionalização do conceito de competências, por este ser intangível, de difícil mensuração e peculiar, variando de acordo com a realidade de cada organização. Dessa forma, o cerne da discussão acerca das reais condições de operacionalização do conceito de competências é o “como” as empresas podem desenvolver tais competências a fim de adquirirem um diferencial competitivo. No que tange ao acompanhamento, a intangibilidade do conceito gera dificuldades para se criar indicadores de mensuração tangíveis (RUAS *et al*, 2005; BRANDÃO *et al*, 2005). Dessa forma, essa dificuldade na operacionalização não se restringe às instituições de ensino, ocorre, também, no âmbito das organizações, no tocante à avaliação efetiva de competências dos funcionários (RUAS *et al*, 2005; BRANDÃO *et al*, 2005).

Ao proverem autonomia às ETEs no que diz respeito à operacionalização do conceito de competências, as próprias entidades reguladoras colocam em questão se elas mesmo sabem “como” desenvolvê-las, reforçando os estudos acerca das dificuldades de operacionalização das competências.

Ainda sobre a categoria de concepção de competências, vale destacar a distinção entre a competência técnica (desempenho das funções específicas do trabalho) e a comportamental (desempenho das funções gerais / gerenciais do trabalho), revelado por um dos entrevistados. Na sua visão, as competências relacionais / comportamentais são as mais importantes na hora da seleção e da

avaliação, seja do profissional ou do estagiário, relacionadas a aspectos como comprometimento, esforço, dedicação, pro atividade, dentre outros.

No que diz respeito à formação técnica dos alunos, o primeiro sujeito relacionado ao ato de ensinar, de passar o conhecimento didático, é o professor. Segundo as revelações do campo, o papel do professor vai além da sala de aula, auxiliando na busca de convênios para estágios, no acompanhamento de indicadores como os de reprovação e de evasão e tomando medidas preventivas e corretivas para o sucesso da formação do aluno, entre outras situações de engajamento.

Uma forma de enriquecer o aprendizado dos alunos que se destacou diz respeito à experiência do professor no mercado de trabalho, estimulando um primeiro entendimento dos alunos acerca do funcionamento da dinâmica do mercado de trabalho.

No entanto, verificou-se, também, que o mercado de trabalho pode atuar como concorrente das ETEs, quando aquele é mais atraente em termos de perspectivas de carreira e questões salariais. Assim, o professor pode ou solicitar seu desligamento da FAETEC ou transferência de turno, acarretando numa evasão dos professores do horário diurno para o noturno. Com isso, a formação e o desenvolvimento dos alunos ficam prejudicados em função da pouca atratividade que o emprego de docente tem a oferecer. Outro aspecto relacionado ao papel do professor na formação dos alunos é a falta de capacitação/ atualização dos professores em relação às exigências atuais e tecnologias do mercado. O sucesso no desenvolvimento de competências dos alunos de acordo com as demandas do mercado de trabalho, segundo apontam as entrevistas, depende, também, da atualização permanente dos professores. A falta de um quadro permanente de professores acaba por agravar essa situação, pois, uma vez que existe rotatividade nas vagas existentes, os professores capacitados são substituídos por novos, gerando um retrabalho para as escolas e prolongando um aprendizado mais atualizado pelos alunos.

Uma forma de provocar essa capacitação constante são as parcerias com outras instituições de ensino, como universidades, como já existiu segundo alguns depoimentos, por meio de incentivos governamentais a essas parcerias como a redução de pagamento de impostos pela instituição promotora dessa capacitação.

No que se refere ao papel do aluno na formação técnica, este deve ser a pessoa que aprende como sujeito ativo, pensante, autônomo, protagonista do processo, conforme registra o MEC (2000) e corroboram os sujeitos entrevistados. Assim, para que haja o efetivo desenvolvimento do aluno, é primordial tanto o seu comprometimento quanto a sua dedicação para com as aulas e com os estudos.

Nas entrevistas foram registrados depoimentos que observam que a motivação dos alunos muitas vezes é prejudicada na modalidade de ensino concomitante. Essa modalidade tem a carga horária muito pesada para a formação média e técnica em conjunto, ocasionando muitas vezes, em evasão do curso. Dessa forma, faz-se necessária uma revisão desse tipo de modalidade pelos Órgãos Normatizadores da educação nacional verificando em que medida a relação custo x benefício da modalidade de ensino concomitante ocorre.

No que diz respeito à categoria da construção da matriz curricular por competências, as revelações do campo apontam para algumas limitações nas diretrizes dos órgãos normatizadores da educação que dificultam a realização das finalidades expostas nos documentos oficiais para a implantação da pedagogia por competências.

Dessa forma, conforme foi verificado existe uma falta de orientação na operacionalização da matriz por competências pelos Órgãos Normatizadores da educação (MEC/ CNE). Esse aspecto também surgiu na pesquisa empreendida por Rocha-Pinto (2002). Àquela época, a autora concluía que as instituições de ensino não haviam entendido que o MEC, na verdade, conferia autonomia às instituições para as suas escolhas pedagógicas.

No entanto, foi verificado nas entrevistas que essa autonomia conferida, apesar de trazer o benefício da flexibilização para as escolhas pedagógicas, não foi bem recebida pelas ETEs, pois para elas à medida em que esses órgãos normatizadores atuam como direcionadores, facilitadores e porta-vozes da pedagogia por competências, a orientação desses no tocante a como operacionalizá-la passa a ser um fator crítico de sucesso para uma implementação da matriz por competência bem-sucedida e, conseqüentemente para o desenvolvimento dessas competências pelos alunos a fim de torná-los aptos a atuar no mercado de trabalho.

Na análise das entrevistas verificou-se que, quando o processo de elaboração da matriz foi participativo, ou seja, quando os docentes e demais funcionários participavam da elaboração da matriz auxiliando na definição das competências e habilidades necessárias para cada curso, esses tiveram mais facilidade em reproduzir tal conhecimento, pois se sentiram parte da construção da matriz curricular por competências. Poucos foram os entrevistados que afirmaram não ter participado desse processo e, em decorrência, não se sentiam confortáveis com a grade curricular implementada.

Outro aspecto registrado é relativo à organização da matriz curricular por competência em módulos que, segundo as revelações do campo, facilita o desenvolvimento de competências dos alunos assim como a avaliação dessas competências adquiridas. A respeito disso o CNE registra que a modularização dos cursos deve proporcionar flexibilidade às instituições de educação profissional observando que cursos, currículos e programas poderão ser permanentemente estruturados, renovados e atualizados possibilitando o atendimento das necessidades dos alunos “na construção de seus itinerários individuais que conduzam a níveis mais elevados de competências para o trabalho.” No entanto, deve-se considerar o registro de Araújo (2002), que chama atenção para o fato de que a modulação pode fragmentar o processo formativo, se os módulos de cada disciplina não forem elaborados com o devido cuidado para assegurar a seqüência lógica da formação e uma compreensão global dos processos produtivos.

Assim, considerando que este estudo sinaliza alguns elementos-chave para o desenvolvimento de competências nas escolas técnicas estaduais assim como algumas dificuldades que devem ser transpostas, este acaba por contribuir para a melhoria do ensino técnico.

Uma última consideração a ser feita, diz respeito ao alerta lançado por Araújo (2002): deve-se considerar que “há uma grande distância entre uma política formulada e sua execução, espaço onde podem e devem agir os sujeitos comprometidos com a construção do futuro envolvidos na educação profissional de modo a lhe dar contornos efetivamente sociais”.

## 5.2. Sugestões para trabalhos futuros

Em função da delimitação deste trabalho e de algumas questões observadas na pesquisa de campo, outras lacunas de pesquisa foram abertas. Nessa perspectiva, uma sugestão para estudos futuros seria ampliar o foco de análise da pesquisa, verificando o desenvolvimento de competências em outras instituições de ensino de nível técnico que não as três analisadas, tanto no estado do Rio de Janeiro quanto em outros estados da nação.

Outra sugestão para estudos futuros é a de modificar o foco da análise, verificando a perspectiva dos Órgãos Normatizadores da educação acerca da implantação da matriz por competências, resultando em novas proposições que deverão enriquecer o presente trabalho e trazer uma visão do que se espera das instituições de ensino técnico no que se refere a uma postura mais pró ativa, mais autônoma, para o desenvolvimento de competências.

Tendo em vista a relevância do papel que as escolas técnicas têm a cumprir no que se refere à formação dos alunos, um aspecto essencial é a gestão dessas instituições. Para tal, poderiam ser verificados os fatores críticos de sucesso para a melhoria da gestão das instituições de nível técnico.

Outra questão surgida nesse trabalho e que poderá ser confirmada / aprofundada em trabalhos futuros diz respeito ao fato de a competência comportamental ter sido mais valorizada pelo mercado de trabalho do que a competência técnica. Dessa forma, poderia ser pesquisado em que medida as instituições de ensino técnico poderiam, além do foco nas competências técnicas, contemplar as competências comportamentais em seu projeto pedagógico, a fim de expandir o desenvolvimento das competências requeridas pelo mercado de trabalho.

Ainda como uma sugestão para trabalhos futuros poderiam ser verificadas as barreiras culturais que ainda impedem que a demanda do ensino técnico seja tão atrativa quanto a do ensino superior bem como fatores para melhoria dessa demanda pelo ensino técnico.

Por fim, baseando-se nos resultados apontados por este trabalho poderia ser realizado em trabalhos futuros um projeto experimental contemplando a implantação dos principais fatores identificados como facilitadores para o desenvolvimento de competências em uma instituição que possibilitasse tal prática, para, então, se avaliar a confirmação da pertinência dos resultados ora identificados neste trabalho.